

A apropriação da memória dos prédios públicos pelos movimentos sociais.

O presente trabalho tem por objetivo analisar o processo de ressignificação sofrida por determinados prédios históricos na cidade do Rio de Janeiro. A ALERJ e a Câmara municipal encontram-se, em edifícios de valor histórico e cultural, o palácio Tiradentes, onde se encontra a ALERJ, e o Pedro Ernesto da Câmara são constantemente ocupados pela ação de manifestantes. Sua fachada e suas escadarias são palco da dispersão de diversas manifestações nos últimos 20 anos.

O Observatório de Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro, projeto de pesquisa do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (ETTERN/IPPUR/UFRJ) vem ao longo desse tempo organizando, sistematizando e disponibilizando uma base de dados com registros das manifestações públicas ocorridas na cidade. Tais conflitos servirão de base empírica das análises das diferentes apropriações simbólicas, políticas e históricas que os diferentes grupos realizam.

A memória é um processo de construção permanente do passado a partir da realidade dos atores sociais do presente, que articulam suas demandas e lutas políticas do presente à uma determinada seleção da história.

As disputas de poder presentes na nossa sociedade constroem memórias diferentes, articulando visões da história que assumem um caráter de resistência e a construção da nação passa a produzir uma memória oficial que suprime as memórias de outros grupos. Podemos perceber no reconhecimento de feriados nacionais, na construção de monumentos e prédios que passam a ser preservados, elementos de uma identidade que visa homogeneizar as diferenças existentes na sociedade. A construção do palácio Tiradentes é um exemplo claro disso, marcada fortemente por um simbolismo republicano que visa exaltar “heróis” nacionais do passado, apagar o passado imperial e escravista e marcar a modernidade como elemento desse Estado nacional.

Portanto parto da hipótese que o patrimônio histórico como elemento constituinte de uma memória, pode sofrer apropriações e re-significações por parte de outros grupos, que são excluídos dessa “história oficial”, as manifestações que tem como seu ponto de dispersão a Câmara dos vereadores e a ALERJ, ocuparam as áreas do entorno, em alguns casos com atos de depredação dos edifícios e ocupação dos prédios em si. Demonstrando uma apropriação de setores populares dos locais tidos como centros de poder, constituintes na sua edificação como símbolo desse poder, e de uma memória oficial da formação de uma ordem republicana.

A ocupação pode ser desse ponto de vista entendida como uma resistência à memória oficial, que dialoga de forma autoritária com as memórias de setores populares. O local torna-se palco de disputas políticas, essas disputas fazem parte de uma memória re-significada do patrimônio transformando os prédios da ALERJ e da Câmara, não apenas em símbolos do Estado, mas de uma memória da resistência da luta política entre os diversos atores sociais e o Estado.